

Consciência nacional, democratização e conflito político: semelhanças e diferenças entre Guiné-Bissau e Moçambique¹

Ricardino J. Dumas Teixeira (UFPE, Brasil)
ricardino_teixeira@hotmail.com

Resumo

Este trabalho debate a consciência nacional, a democratização e o conflito político vivenciados pela sociedade e pelo Estado guineense e moçambicano durante o processo de construção do Estado Nacional, bem como suas implicações nas recentes experiências de institucionalização da democracia minimalista-liberal que resultou num acentuado processo de diferenciação e pluralização de identidades e de atores sociais e políticos. Queremos entender, especificamente, o conflito entre a identidade nacional e as identidades étnicas surgido das tentativas do primeiro em controlar politicamente estas últimas durante a construção do nacionalismo. Não obstante a essa tentativa da homogeneização das diferenças étnicas e regionais, o discurso proto-nacionalista que defendia, pelo menos em termos da retórica, a bandeira da unidade nacional, mostrou-se insuficiente com a proliferação e a reconfiguração identitária dos grupos étnicos que as ideologias nacionalista-revolucionárias tentaram abafar ou reduzir a meros instrumentos ideológicos da luta de classes dentro do Estado burocrático-autoritário.

Palavras-chave: Consciência nacional, Conflito, Democracia.

National Consciousness, Democratization and political conflict: similarities and differences between Guinea-Bissau, and Mozambique

Abstract

This paper discusses the national consciousness, the democratization and the political conflict experienced by the society and the State of Guinea and Mozambique during the process of construction of the national state as well as its implications on the recent experiences of institutionalization of the liberal-minimalist democracy which resulted in a severe process of differentiation and pluralization of identities and social and political actors. We want to understand specifically, the conflict between the national identity and the ethnic identities emerged from the attempts of the first to control politically the latter during the construction of nationalism. Despite this attempt by the homogenization of ethnic and regional differences, the proto-nationalist discourse that defended, at least in terms of rhetoric, the banner of national unity, proved inadequate to the proliferation and the reconfiguration of ethnic identity that nationalist-revolutionary ideologies tried to muffle or reduce to mere instruments of ideological class struggle within the bureaucratic-authoritarian State.

Keywords: National Consciousness, Conflict, Democracy.

¹ Este texto será apresentado no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, a ter lugar em Lisboa de 9 a 11 de Setembro de 2010, no painel nº 19: “A dimensão social e cultural da Guerra Colonial em África: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique (1961-1974)”. Agradeço possíveis comentários sobre as ideias aqui expostas, tendo em vista que o argumento defendido no decorrer do texto não pretende ser o único no conjunto das contribuições já existentes e a serem elaboradas com vistas a aprofundar o debate.

1. Introdução

A expansão da ideologia da consciência nacional² na Europa do século XIX constitui-se um elemento importante no condicionamento do comportamento político dos indivíduos na modernidade. Também é perceptível que o projeto político da ideologia da identidade nacional e do nacionalismo, ancorado na ideia do Estado-nação parece entrar-se em crise com a proliferação de identidades e demandas políticas das minorias étnicas na contemporaneidade. No caso específico da Guiné-Bissau e de Moçambique, o processo da construção da identidade nacional resultou-se num acentuado processo de diferenciação e da pluralização de identidades étnicas de atores sociais e políticos durante e após a tentativa da construção da identidade nacional e do nacionalismo.

Ao focalizar o conflito entre identidade nacional e identidades étnicas surgido da tentativa da primeira em controlar politicamente estas últimas durante o processo da construção da identidade nacional e da democracia, este trabalho procura contribuir para o conhecimento da história social e política e mostrar as possíveis transformações que estejam ocorrendo na política contemporânea destes países, podendo abrir ou não novas possibilidades de estudos no campo da sociologia política das sociedades africanas.

A análise será conduzida, em um primeiro momento, tomando em consideração os recentes debates travados nas últimas décadas sobre a temática no plano global. E num segundo momento, serão abordados os pontos centrais contidos no trabalho de Patrick Chabal (1991 e 1993) para entender o contexto guineense e moçambicano. Por fim, apontaremos a conclusão a que chegamos a partir do tema aqui proposto para análise.

2. Debate atual sobre nação e nacionalismo

Como é sabido, o debate em torno do conceito da nação e do nacionalismo na Europa fora concebido a partir de uma abordagem teórica que conjuga diferentes dimensões, tais como socioculturais, histórico-sociais, socioeconômicas e sociopolíticas, nas quais diferentes grupos sociais e culturais constroem suas visões de mundo. Portanto, longe de ser uma abordagem homogênea, seus conceitos são diferenciados e contraditórios.

Por que então estudá-los num momento em que alguns autores colocam que o Estado moderno permanecerá por muito tempo como a principal força política do sistema nacional e mundial? Fundamentalmente porque em alguns contextos sociais e culturais essa consolidação não parece ter chegado ao seu ponto máximo de aperfeiçoamento político. Isso porque persistem ainda alguns entraves étnico-regionais não resolvidos pelo atual modelo de Estado. Os grupos étnicos ainda demonstram o seu peso político e elos de continuidade com suas identidades, reelaborando-as, de forma pacífica ou conflitante, de acordo com as circunstâncias históricas. Muitos autores vêem nessa persistência étnica a principal razão para a fragilidade do projeto da construção política do Estado na África. Como entender a busca da identidade nacional na atual conjuntura política guineense e moçambicana marcada pela proliferação do campo identitário? Como garantir o Estado nacional e articular os instrumentos mais amplos para a consolidação da democracia na África sem asfixiar as identidades dos grupos étnicos?

² Concebida como o reflexo ideológico em que uma classe dominante busca impor a seus cidadãos o sentimento de adesão ao nível do Estado (Bobbio, 1986, p. 800).

Para analisarmos de forma correta o tema aqui proposto, faz-se necessário, inicialmente, abordarmos as noções mais representativas dos conceitos de nação e do nacionalismo.

Os conceitos de nação e do nacionalismo, pela sua ambivalência, colocam enormes desafios aos estudiosos que buscam compreender ou criticar de forma coerente os fundamentos político-ideológicos que dão suporte ao discurso da identidade nacional. Vários teóricos tentam enfrentar esse desafio e colocam alguns postulados básicos para a formação e a definição conceitual da nação e do nacionalismo. Um deles é o critério de laços de sangue, que tem subjacente a crença na superioridade de uma “raça”, ao defender, em bases biológicas, a idéia da inferioridade e/ou da superioridade de determinados povos ou grupo de pessoas sobre outras populações ou indivíduos. Um exemplo demonstrativo dessa perspectiva pode ser encontrado na política da Confederação Germânica, o conflito entre Prússia e Áustria, tendendo a generalizar-se a nível continental e global.

No caso concreto do continente africano, a ordem ideológica colonial vigente da época, que apregoava a inferioridade cultural dos negros (nativos), serviu-se de justificativa política para a invasão, a colonização e a exploração do continente pelo ocidente (ANDREDE, apud KAJIBANGA, 2000, p.126), principalmente sobre os camponeses.

Outra concepção do nacionalismo é aquela que pressupõe a representação coletiva que os indivíduos partilham e transmitem como valores, sendo os principais a língua, os costumes, a religião e demais formas de sociabilidade. O conceito de representação coletiva foi usado, inicialmente, pelo sociólogo francês, Émile Durkheim, ao caracterizar as representações individuais e coletivas, num esforço teórico-metológico para demarcar o campo especializado da Sociologia em relação às outras áreas do conhecimento científico. Aristóteles já havia afirmado que o homem é um “animal social”, condenado a viver em sociedade. Bagehot aproxima-se de Aristóteles, quando ele afirma que a nação é um daqueles fenômenos que compreendemos e temos pleno conhecimento da sua existência, quando nos façam perguntas sobre ela, mas que não sabemos explicar de forma sucinta e clara (BAGEHOT, apud, BAUER, 2000, p. 45).

A grande crítica que alguns autores fazem a esta abordagem é a de que a comunhão de valores coletivos, apesar de importantes, é insuficiente para a construção e a manutenção do projeto político da identidade nacional (RENAN apud BOBBIO, 1986, p. 796).

A partir do princípio do século XVIII iniciou-se um processo de mudanças importantes com a Revolução Industrial que levou à criação de novos mercados “nacionais” e obrigou o Estado burguês a (re)compor um conjunto de alianças econômicas e arranjos políticos, visando à monopolização da violência física e controle burocrático do aparelho estatal no lugar de organizações feudais de submissão de autoridade pessoal.

A contribuição de Ernest Gellner (1981) vai-se ao encontro dessa abordagem do nacionalismo atrelado ao processo histórico da industrialização ocorrido na Europa do século XIX, elaborada intencionalmente para garantir a coesão do povo no Estado (BOBBIO, 1986). A principal contribuição de Ernest Gellner à teoria do nacionalismo consistiu na rejeição da visão naturalista e culturalista para a formulação de uma teoria atrelada à emergência do capitalismo industrial. Gellner atribui à importância de forças políticas e ideológicas e suas influências no desenvolvimento do capitalismo.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da industrialização da econômica capitalista levaria a integração dos diferentes grupos étnicos no Estado nacional. Isto porque na interpretação de Gellner as fissuras étnicas geradas pelas diferenciações nas sociedades multiculturais, nas quais, diferentes comunidades convivem e tentam construir uma visão do mundo, seriam minimizadas com a emergência da industrialização e expansão do nacionalismo. Ao analisar o contexto da América do Norte, Gellner creditava que a inserção de grupos étnicos no sistema educacional dos Estados Unidos, inserindo-os numa sociedade de comunicação de massa homogênea, levaria, inexoravelmente, a diminuição gradual da proeminência dos grupos étnicos, uma vez que, em contato com o capitalismo, faria com que o indivíduo, na construção de sua identidade, recorresse cada vez menos à sua origem étnica. O nacionalismo assim entendido contrapõe-se aos grupos étnicos “primitivos”, incapazes de construir o nacionalismo para gerar a nação.

O conceito da nação é inseparável do *contrato social* que gera a *sociedade civil*, no sentido estatal. Pertencer à nação é sinônimo de fazer parte de uma sociedade política (Estado). Nesse sentido, a sociedade civil nasce em contraste à sociedade primitiva, em que o homem vivia sem outras leis se não as leis naturais. Para a superação deste estado primitivo, a construção da nação através de uma sociedade civil civilizada seria uma das alternativas a seguir pelos Estados nacionais para observância das leis da razão. O artigo 3 da Declaração dos Direitos do Homem de 1793, inspirado nos princípios da Revolução Francesa de 1789, atrela à nação a soberania nacional (NGOENHA, 1998). Como é que os grupos étnicos, historicamente negados aos direitos sociais e políticos da cidadania, podem atualmente conquistá-los, num contexto marcado pela *terceira onda* da democratização e expansão do espaço político multiétnico e multicultural na África?

No campo teórico africano, a visão proposta por Gellner (1981) repercutiu-se em outras formas na África, sobretudo dentro do pan-africanismo. É interessante perceber que autores como Mamadu Dia e Mamadu Turé (NKRUMAH, apud, BENOT, 1969, p. 161), adeptos de uma política de unidade econômica, defendiam que a África Ocidental pós-colonial só conseguiria ultrapassar o seu “subdesenvolvimento” se se pautasse pela industrialização. Kwame Nkrumah, influenciado pelas teorias da modernização política³, encarava a importância da *africanização dos quadros* (NKRUMAH, apud, BENOT, 1969, p. 161) administrativos do Estado pós-colonial africano para promover o desenvolvimento econômico. Dessa forma, no lugar de velhas tradições culturais africanas surgiria uma nova elite governamental sucessora e tecnicamente apta para assumir o governo nos países africanos de economias “atrasadas” como a de Gana.

Enquanto Ernest Gellner acreditava que o nacionalismo tem suas bases com a emergência da industrialização capitalista marcada por mudanças significativas no campo econômico, para Marx, a produção industrial implica dois setores: o de meio de produção e o do consumo, com ênfase sobre o primeiro. Assim concebido, o surgimento de uma economia capitalista industrial é precedido de um período denominado por Marx de “*acumulação primitiva*”, a gênese do capitalismo moderno (GELLNER, 1981).

O Privilégio atribuído à classe social permitiu o marxismo clássico asseverar que o verdadeiro conflito subjacente à história e o nacionalismo ocorreram entre as classes sociais, de forma que o conflito étnico não passa de conflitos disfarçados de classes

³ Entendida como o aumento de capacidade das autoridades (elites) governamentais para assumir os assuntos públicos e controlar as tensões sociais. Ver Bobbio (1986, p. 768)

opostas. Nessa ótica, diz Gellner (1981), pode-se falar do nacionalismo como momento das relações de força produtivas, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura.

Outros autores encontram na vida comunal a base da nação. Otto Bauer (2000) define a nação como *comunidade de destino*, formada no curso de sucessivas gerações, que produz, distribui e socializa de determinado modo os bens materiais e os valores culturais de suas vidas. Bauer afirma que a comunidade de destino é diferente com a semelhança de caráter. A diferença decorre de fato de que a primeira é formada a partir de sofrimentos e experiências em comum. Somente essa experiência, vivenciada numa interação mútua geral, em constante ligação, produz a nação (BAUER, 2000, p. 57).

No entanto, a defesa de sofrimentos comuns não parece ser uma prerrogativa suficiente para a luta política e a construção da nação. Embora os camponeses guineenses e moçambicanos, bases da luta armada de libertação estivessem submetidos à mesma experiência da dominação autoritária, imposta pelo sistema escravocrata do colonialismo português, Amílcar Cabral destacara que seria muito difícil convencê-los a constatarem isso por meio de uma simples linguagem técnica, sem um trabalho político persuasivo anterior a partir da análise da realidade concreta (CABRAL, 1979, p.131).

Já no século XX, as teorias das nações e dos nacionalismos, experimentaram de várias formas, cada uma a sua maneira, uma série de reformulações. O caráter comum destas revisões teóricas tem sido questionar o conceito da nação como uma representação coletiva de membros de um dado território. É essa interpretação que levou Hobsbawm afirmar que o nacionalismo é um projeto político da elite proto-nacionalista, o precursor político da construção do Estado nacional do tipo que se tornou padrão universal em diversos continentes e contextos com a Revolução Francesa. Sem esse projeto político de elites o nacionalismo seria uma palavra vazia de conteúdo (HOBSBAWN, 2000).

Tomando por base os estudos antropológicos, Anderson (2008) define a nação como uma *comunidade imaginada*. De acordo com o entendimento de Anderson (2008, p. 32)

...a nação é imaginada porque independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma fraternidade e camaradagem que tornaram possível as criações imaginárias... É imaginada porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações já mais conhecerão, encontrarão ou se quer ouvir falar dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem da vida comum.

É nessa imaginação que a elite intelectual dos movimentos de “libertação” na África de língua portuguesa - particularmente na Guiné-Bissau e em Moçambique - encontram estratégias legitimadoras para a (re)invenção cultural de suas tradições históricas para agregação de diferentes grupos étnicos a partir da ideologia nacionalista-revolucionária.

Na atualidade, o estruturalismo vivenciou, de diversas maneiras, uma série de reformulações que levou a que pode ser denominado de um momento pós-estruturalista, a partir do diálogo que esses autores estabelecem com os teóricos marxistas. O desafio comum da tradição pós-estruturalista no campo de debate sobre as identidades, em relação ao estruturalismo clássico, tem sido questionar a noção de identidades fechadas, para uma lógica de subversão das identidades fragmentadas e descontínuas, que decorre da impossibilidade lógica de constituição de um sistema social e político totalizante. Entre os principais expoentes desta tradição estão os autores como Jacques Lacan,

Jacques Derrida, Michel Foucault, Stuart Hall, Claude Lefort, Homi Bhabha, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Um conceito importante de tradição pós-estruturalista, a partir do diálogo que Laclau e Mouffe estabelecem com Gramsci é a noção de hegemonia.

Segundo Laclau (2006), a impossibilidade de um fechamento de uma identidade política gera lutas discursivas e/ou interdiscursivas para a fixação parcial de sentido de significante vazio, um significante que perde a sua referência direta a um determinado significado. Essa fixação parcial e contingencial de uma particularidade que assume uma lógica de equivalência da representação universal de um significante vazio é o que nessa tradição teórica Laclau e Mouffe chamam de hegemonia (LACLAU, 2006, p. 24).

No quadro da análise da lógica política multicultural proposto pelo pós-estruturalismo, duas dimensões se sobressaem: a radicalização das práticas democráticas e a contestação das noções de identidades raciais e étnicas fechadas e excludentes (HALL, 2003). A impossibilidade de um fechamento implica também a sua necessidade, sem a qual não haveria significado nenhum e, conseqüentemente, nenhuma ação social e política teria sido possível de efetivação (LACLAU, apud, MUTZENBERG, 2008, p. 140). No caso específico da Guiné-Bissau e de Moçambique, o conflito entre a identidade nacional e as identidades multiétnicas se coloca, nessa perspectiva, num campo aberto de intensas disputas de forças políticas que lutam pela hegemonia.

3. As sociedades africanas

Temos a consciência de que uma abordagem das sociedades africanas como uma realidade histórica homogênea oferece sérios riscos de ocultar as suas especificidades diferenciadas. No entanto, se analisarmos de forma ponderada, perceber-se-á que, ao lado das diferenças, persistem-se algumas semelhanças nas suas formas de organização.

A semelhança fundamental refere-se basicamente às formas de organização baseadas na coletividade e interesse público dos indivíduos. Com base nesse coletivismo, seriamente ameaçado hoje pela dinâmica do capitalismo e da globalização, constroem-se os laços de solidariedade que lhes dão sentidos e significados de suas vidas em comunidade. Entre suas características comuns destacam-se a ausência do formalismo e da escrita, baixo nível de desenvolvimento econômico e tecnológico e a valorização dos mais velhos, considerados os maiores depositários de conhecimentos da vida cotidiana.

Citando Baumann, Koudawo (1991, p. 61) aponta que na maioria das sociedades africanas, a idade determina o nível de conhecimento que uma pessoa possui ou deve possuir para aceder a determinadas funções ou privilégios na sociedade. Como nessas sociedades *a palavra é ciência e a narrativa é formadora*, o conhecimento especializado é apenas uma questão de revelação e não de aquisição de saberes. Apesar de ser parte integrante das sociedades africanas, as características apontadas acima podem ser encontradas nas frases de Plantão acerca da filosofia homérica (KOUDAWO, 1991). Outra característica das sociedades africanas digna de nota é a organização dos grupos de *Mandjuandade* que as integram. O termo Mandjuandade vem da palavra mandjua, que consiste em pessoas da mesma faixa etária, reunidas para confraternização, danças e outras manifestações locais com intuito de estreitar laços de solidariedade (BULL, 1989 p. 171). A Mandjuandade tem mais de um século sempre pautada na luta pelo reconhecimento político e afirmação cultural em todos os planos. Nascidos sob a pretensão de estabelecer as redes de sociabilidade primária entre seus

membros, a Mandjuandade, enquanto movimento de sociedade civil que insurgiram contra a dominação colonial na Guiné-Bissau, manifestou-se contra a política de centralização do poder no Estado pós-colonial guineense. Além de assumir o compromisso básico com os valores da democracia, da liberdade e da igualdade, a organização de grupos de Mandjuandade, grosso modo, é do tipo informal. Sua estrutura interna compreende um Rei, uma Rainha, um Merinho ou Merinha. Dependendo do dinamismo organizativo de cada grupo, uma Merinha ou um Rei são chefes do grupo. Em casos de rituais ou festas de casamento, determinam o montante (cota) a ser pago pelos soldados (membros do grupo) para a realização de eventos. O Cordeiro é o mensageiro do grupo. Já os soldados, embora não possuam uma função específica dentro do grupo, sempre que necessário, são convocados para atividades que o Cordeiro não se dispõe a fazer (BULL, 1989; TEIXEIRA, 2008, p. 119).

Outro exemplo disso que reforça o argumento que estamos tentando construir em torno das organizações das sociedades africanas, refere-se à estrutura da sociedade horizontal, da etnia Balanta, que teve um peso relevante na luta de libertação da Guiné-Bissau. Constituída por homens livres, na sociedade Balanta não existe a hierarquia de classe social e de poder, da propriedade privada e uma base industrial (CABRAL, 1978, p. 124). Poderíamos ampliar esse leque da configuração das sociedades africanas trazendo outras experiências, sem falar das diversas formas de conceber a nação e as relações de poder existentes na África, como aquela encontrada entre o grupo *Kaabunké*, herança da miscigenação inter-étnica da dominação societal *malinké* (LOLPES, 1990, p.18-19).

4. A emergência do nacionalismo na África de expressão portuguesa

Da mesma forma que ocorreu no pensamento social e político ocidental, também no campo teórico africano o debate em torno do conceito do nacionalismo tem sido instigante, caloroso e rico em conteúdo. Tem havido um importante esforço da parte de autores para ampliar o debate a partir do contexto africano. A intenção inicial era a de produzir um conhecimento crítico que servisse de base para a construção da ideologia de mobilização política para a luta armada de libertação contra o colonialismo.

A mobilização política para autodeterminação da África, na qual a disputa no campo cultural assumia um papel fundamental, pode ser relacionada pelo menos a diversos acontecimentos, tais como a realização da Conferência Anti-Imperialista de Bruxelas, em 1927; o primeiro encontro sindical e político africano, de 1936 e 1930; o V Congresso Pan-Africano⁴, de Manchester, realizado em 21 de outubro de 1945, que desenvolvia paralelamente uma campanha política pela autodeterminação dos povos africanos; a criação do Movimento de Unidade Democrática de Lisboa (MUD Juvenil), que desenvolvia atividades políticas desde 1944, mobilizando esforços para denunciar o autoritarismo do regime de Salazar, e a tomada de posição, a partir de 1953, dos estudantes africanos na França, entre outros acontecimentos marcantes dessas épocas.

É dentro dessa conjuntura política que Amílcar Cabral e Vasco Cabral, da Guiné-Bissau, e Luís Henrique da Cunha e Marcelino dos Santos, de Moçambique, Francisco José Tenreiro e Alda Espírito Santos, de São Tomé e Príncipe, Mario Pinto de Andrade e Agostinho Neto, de Angola, entre outros, reuniam-se na Casa da África, na Casa dos Estudantes do Império (CEI), instituído pelo regime salazarista em 1944 para reunir

⁴ O Pan-Africanismo nunca foi um conjunto homogêneo de pensamento. Havia (e ainda há) diversas correntes que reclamam este ideal da unidade continental africano: cultura, política, econômica etc.

estudantes das ex-colônias, no Centro de Estudos Africanos (CEA), uma associação cultural, fundada em outubro de 1951, onde os estudantes africanos reivindicavam uma história e uma cultura africana denominado mais tarde por Cabral de *africanização dos espíritos* (1974, p. 209). Ou seja, a formação da consciência político-cultural de pertencimento a um espaço específico demarcado por fortes particularidades africanas.

Trata-se de uma *resistência cultural* (CABRAL, 1979, p.71) para comprovar ao mundo a emergência de uma personalidade singular ocultada pelas vicissitudes históricas do ocidente (ANDRADE, 1989) em que o próprio africano se convertia no arquiteto do seu mundo moderno (FERNANDES, 1977). A resistência cultural pressupunha, também, criticar incansavelmente algumas concepções negativas do que seja cultura africana.

“Há muita gente que pensa que para África resistir culturalmente, tem que fazer sempre aquelas mesmas coisas que já fazia há 500 anos. Sim, a África tem a sua cultura, mas ninguém pense que o tambor é só da África, que ninguém pense que certas maneiras de vestir são da África, as saias de palha, de folhas de palmeira, comer com a mão são unicamente dos povos da África” (CABRAL, 1974, p. 217).

No bojo das inferências de Cabral não parece existir a dualidade entre pólos culturais: o tradicional e o moderno, mas sim a continuidade de certas práticas que podem ser encontradas tanto na África como em outros contextos culturais. Por isso a luta de liberação é concebida de forma articulada como um *facto cultural e factor de cultura* (CABRAL, 1978, p. 245). O ponto importante a mencionar aqui é que o factor cultural de que falava Cabral era concebido, também, como um ato de *assimilação crítica* do conhecimento (CABRAL, 1974, p. 217). O que em outras palavras significa aproveitar-se de tudo que a humanidade produziu em termos de saberes, mas também, criticar, separar o necessário e o acessório, acumular experiência e recriar o conhecimento. No entanto, Cabral acaba por atribuir um peso maior a racionalidade instrumental mediante a sistematização do pensamento como via para alcançar progresso cultural das massas.

Promover o progresso da ciência formal e o desenvolvimento econômico dentro da visão sociopolítica da época foi contemplado no discurso da FRELIMO. De acordo com Samora Machel, para *alcançar os alicerces de uma economia próspera e avançada, a ciência tem de vencer a superstição* (MACHEL, apud, DAVIDSON, 1978, p, 74).

A superstição que Machel se referia é a dos grupos étnicos moçambicanos. A poesia foi um dos primeiros gritos dessa sistematização do conhecimento para a superação das heranças negativas da África. A publicação mais tarde do *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (1954), escrito por José Francisco Tenreiro e Mario Pinto de Andrade pode ser considerado como resultado preliminar desse processo de conscientização político-cultural que os estudantes africanos encontraram em Lisboa.

Essa geração de intelectuais orgânicos, *filhos da terra*, discutia os mesmos livros e formaram-se em torno dos mesmos problemas. Debatiam-se os temas de atualidade da época, como o triunfo da revolução chinesa, revolução russa, a literatura progressista de Jorge Amado, no Brasil, a luta dos movimentos negros dos Estados Unidos, na América do Norte. Os poemas de Nicolás Guillén, os textos políticos de Politzer, as poesias de inspirações africanas (negritude) e haitianas, foram de alguma forma decisivas para afirmação política e formação intelectual dessa geração de intelectual-revolucionários.

Todos esses acontecimentos, que já vinham se desenvolvendo em diferentes localidades e contextos históricos, foram determinantes para a emergência do proto-nacionalismo do tipo nativo na África de fala portuguesa, no decorrer dos séculos XIX e XX. Mario Pinto de Andrade, ao analisar em sua obra *As Origens do Nacionalismo Africano* (1997) destacou alguns períodos importantes que teriam contribuído, de alguma maneira, para a emergência e posterior desenvolvimento do proto-nacionalismo, nesses países africanos.

O primeiro período se deu em São Tomé Príncipe, entre 1911-1930, com a transição de uma economia escravocrata para economia monetária voltada para o mercado externo e a transformação do país em colônia de plantação, bem como a emergência de uma elite nativa. Em Cabo Verde, por sua vez, Andrade destaca a exigência das elites ao acesso à educação, a terra, à instrução pública, à miscigenação, à autonomia da província, fome gerada pela pobreza, sempre em defesa de interesses e autonomia das elites nativas.

Em Angola, Andrade enfatiza o papel da literatura nativa. As contribuições de poetas e da imprensa local contribuíram significativamente para a emergência e desenvolvimento das condições político-ideológicas do proto-nacionalismo (ANDRADE apud KAJIBANGA, 2000). No contexto literário da Guiné-Bissau, a literatura dos “negros” assume um papel de destaque, nessa época, na qual diferentes temas como línguas étnicas e língua crioula, canções, adivinhas, mandjuandades, e pequenas histórias da tradição oral dos grupos étnicos se sobressaiam. Ancorado no quadro sociopolítico da informação colonial, *O Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (1945) publicou diversos artigos sobre as línguas e as culturas dos grupos étnicos (AUGEL, 2007, p. 101).

O segundo período do desenvolvimento do proto-nacionalismo nos países africanos de língua portuguesa compreende os anos de 1930 a 1961, com a emergência do nacionalismo moderno. Abrange o período histórico de um novo discurso do tipo *fragmentário e ambivalente*, sob influência e controle do aparato estatal colonial. As práticas associativas que decorriam no interior desse grupo formado por uma elite letrada burocrata privilegiada pelo jogo da mobilidade vertical, não visavam romper com a ordem vigente, mas lutar para usufruir do estatuto de *africanos portugueses*. No caso específico da Guiné-Bissau, quem assumia essa ambivalência cultural na sua totalidade eram os cabo-verdianos, a elite letrada crioula que exercia a sua hegemonia cultural e se proclamava porta-voz da vontade coletiva e dos anseios dos grupos étnicos.

Vale mencionar, neste período, a presença de associações e movimentos reivindicatórios. Em São Tomé e Príncipe destaca-se a presença da Caixa Econômica, criada em 1905. Em Cabo Verde, o papel da Associação Operária de 1 de Dezembro, que desenvolvia suas atividades desde 1911, exigindo do governo português o emprego e melhorias de condições de trabalho. Na Guiné Bissau, a presença do Centro Escolar Republicano e da Liga Guineense entre 1910-1911; a Liga era formada por pequenos comerciantes, proprietários e trabalhadores assalariados. Foi a primeira experiência de construção de espaço político e expressão da sociedade civil guineense (CARDOSO, 2008, p.9), organizada nos moldes ocidentais. Também surgiram nesse período a Liga Africana e a Junta de Direitos da África entre os anos de 1912 a 1919 (HAVIK, 1999).

O novo contexto marcado pela nova ordem mundial com a Segunda Guerra, veio alterar a configuração e o sentido do proto-nacionalismo africano. Começou-se a questionar a legitimidade do discurso do *nacionalismo reformista*, bem como a hegemonia de elites letradas (ANDRADE, apud, KAJIBANGA, 2000, p. 138). A geração de Cabral situa-se

na linha de frente na disputa para fixação de um novo conteúdo discursivo e construir um novo sentido do nacionalismo nas ex-colônias portuguesas, que se traduzia pela noção de *iniciativa histórica* (ANDRADE, 1989, p. 70), deslocando o discurso da reforma para o da revolução, indispensável para se conseguir certa unidade política.

O objetivo desse movimento era o de acabar com a dominação colonial, melhorar as condições de vida dos povos de África; lutar para a implementação de um novo projeto político de desenvolvimento econômico, social, cultural e a formação de um *homem novo* comprometido com os valores nacionalistas de forma a alterar o modelo autoritário do regime colonial que, não só negava suas tradições culturais e formas de solidariedades e sociabilidades, mas também se opunha a suas identidades vista pelo prisma dos colonizadores como sendo primitivas e caóticas (CABRAL, 1974, p. 188).

O perfil socioeconômico do novo *nacionalismo revolucionário* “*sem nação*” (DAVIDSON, 1978, p. 79) era constituído por pessoas oriundas das camadas populares, supostamente de origem humilde, que conseguiram romper as fronteiras conceituais do sistema colonial, cujas formações se processavam nas organizações culturais e políticas.

Tendo uma origem social popular, o novo nacionalismo moderno teve a preocupação de pensar e agir em conjunto para atingir o mesmo objetivo. Além de problemas de sobrevivência, já que as bolsas eram limitadas, os estudantes africanos tinham que lidar com o racismo da sociedade, dos professores e a política de perseguição e de apreensão arbitrária da polícia secreta (PIDE) do regime fascista e autoritário de Portugal.

As atividades políticas desses jovens intelectuais decorriam em formas de equipes desportivas, movimentos culturais, como o *Vamos descobrir Angola* (1948), grupos de reflexões acadêmicas e políticas acompanhadas de intensos debates sobre os problemas concretos da África e do mundo, bem como os abaixo assinados, passeatas e encontros de mobilização política em favor da libertação das ex-colônias e da democratização de Portugal, foram os principais instrumentos de luta adotada. Apesar dos esforços pela independência negociada, os resultados não corresponderam às inspirações desejadas.

5. A emergência de movimentos políticos de libertação nacional

Dois acontecimentos políticos e sociais importantes abriram o espaço para a concretização do projeto revolucionário: a saber, o *massacre de Batefá*, em São Tomé e Príncipe, que assassinou aproximadamente 1000 trabalhadores, num total da população composta de 60.000 habitantes, até 1953. Em 3 de agosto de 1959, a administração portuguesa proveu um massacre no porto de Bissau (*Pindjiguiti*) contra os trabalhadores, que exigiam melhores condições de trabalho. A repressão prosseguiu-se contra os ativistas políticos angolanos, insatisfeitos com o autoritarismo e descontentes com a negação de suas identidades políticas e culturais forçadas à clandestinidade. Fanon (1968) já afirmara que a violência sistemática do colonizador acaba por causar a contraviolência do colonizado. *É o colono que faz o colonizado* (FANON, 1968, p. 26).

Estes acontecimentos resultaram, em 1953, no surgimento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que sucedeu a Luta Unida dos Povos Africanos de Angola (PLUA), a Frente de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para a Independência Total da Angola (UNITA) e União dos Povos da Angola (UPA),

anfitrião da União dos povos do Norte de Angola. Em função disso, a matrix partidária Angola era fragmentada, com fortes concorrências e disputas políticas entre os *leaders* (LAVROFF, 1975), como normalmente acontece na maioria de sistemas partidários.

Três anos mais tarde, em 1956, período importante no desenvolvimento de partidos políticos nos países africanos sob controle administrativo de Portugal (LAVROFF, 1975) surge o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, PAIGC, fundado na clandestinidade, em Bissau, pelo guineense nascido em Bafatá, Amílcar Cabral e alguns companheiros cabo-verdianos. Além do PAIGC surgiram outros movimentos de libertação que acreditavam ser ainda possível a independência nacional por via de negociações. Entre eles, FLING (Frente de Libertação Nacional da Guiné), de François Kankoila Mendy, a ULG (União para a Libertação da Guiné), de Benjamim Pinto Bull, e o PSG (Partido Socialista da Guiné), de Rafael Barbosa, que mais tarde filiou-se ao PAIGC por falta de estrutura e quadros, entre outros motivos.

Entre os fatores que provocaram a fragmentação e o divisionismo entre esses movimentos políticos destacam-se: a) divergências quanto à ligação a luta anti-colonial guineense e cabo-verdiana; e b) os caminhos políticos que deveriam ser seguidos entre o nacionalismo e posições pan-africanistas defendida em Gana, na Conferência dos Povos Africanos, sob a liderança de Kwame N’Krumah, em 1958, na qual foi defendida a criação de um Parlamento africano e de uma moeda única para os sonhados “Estados Unidos da África” (HAVIK, 1999). O evento aconteceu um ano após os países europeus (sendo os principais Alemanha, Bélgica, França, Itália e os Países Baixos) terem firmado, em 1957, o acordo que criou o Mercado Europeu Comum, embrião da atual União Européia, formado por 27 estados-membros que compõem a organização.

Em Moçambique, por sua vez, a emergência da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) deu-se um pouco mais tarde, em 1962. A FRELIMO congregava na sua estrutura interna, diversas tendências e clivagens ideológicas, como a da União Moçambicana de Moçambique Independente (UNAMI); a União Democrática de Moçambique (UDENAMO); a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e o Movimento de Libertação de Moçambique (MOLIMO), articulados numa única frente política de luta armada contra o colonialismo português no país. Como aponta Ngoenha (1998, p. 20), esse projeto político visava impedir a fragmentação de micro-comunidades políticas, integrando-as numa única dinâmica política vigente no país.

Já em Cabo Verde, a presença representativa de uma elite letrada mestiça, agravada pelos limites geográficos e climáticos - conforme foi visto - inibiu alianças de forças políticas nacionalistas de luta armada pela autodeterminação. Com exceção do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO, que conseguiram articular diversas tendências em torno de único projeto político comum, os demais movimentos foram incapazes de garantir as condições necessárias para a participação das massas na política, e muitos deles não conseguiram o mínimo de apoio político das populações rurais (DAVIDSON, 1979, p. 47), num contexto em que o discurso do centralismo político e da articulação da unidade nacional era indispensável para o propósito imediato de garantir a identidade nacional nesses países. Segundo Lavroff (1975, p. 50), os líderes africanos foram capazes de perceber o contexto e o meio de lutar contra o regionalismo e o particularismo étnico ao assumirem a defesa enfática do reordenamento da sociedade e da unidade nacional.

Seja como for, apesar da participação das massas camponesas na política da luta armada, importa mencionar que o perfil mais urbano dos líderes dos movimentos nacionalistas nas ex-colônias de Portugal na África trazia, no seu bojo, a expressão da sua própria contradição interna. De um lado, estavam os negros calçados que viviam na área urbana e, do outro lado, os negros *descalços* da zona rural (ANDRADE, apud, DAVIDSON, 1979, p.48), o que acabou gerando uma dualidade entre a modernidade e o tradicionalismo no estudo dos movimentos nacionalistas na África de fala portuguesa.

Porém, indubitavelmente, pesar de nascerem e crescerem no seio do colonialismo, onde no qual as pessoas estavam sujeitas a uma subordinação comum, não se vigorava, entre os principais movimentos nacionalistas, uma única visão de sociedade e da política. Havia das mais variadas tendências ideológicas, políticas e orientações teóricas; alguns reinterpretem o marxismo a partir do contexto africano, sem restringir-se a ele; enquanto outros se identificavam com valores e concepções diferentes a partir de suas experiências nas universidades inglesas e americanas, onde as teorias da revolução e da luta armada não pareciam ocupar um lugar de destaque na agenda da pesquisa e de discussão política, já que os valores liberais e individuais (individualismo burguês) eram amplamente aceitos e difundidos, nesses países. Estes últimos, portanto, não se identificavam com o marxismo-leninismo cuja obra *O imperialismo, Estágio Supremo do capitalismo* (1916), influenciou diversas leituras feitas por intelectuais africanos.

Segundo Benot (1969, p. 33), essa questão enquadrava-se no âmbito do debate que se colocava dentro do pan-africanismo entre *reformistas* - que defendiam uma independência pactuada - e *radicalistas* - proponentes de uma independência radical dos territórios africanos divididos nos períodos de 1984-1985, na seqüência da Conferência de Berlin que repartiu as fronteiras africanas entre as principais potências colonizadoras. O deslocamento do discurso da reforma para o de ação revolucionária, como aponta Davidson (1979, p. 40) era indispensável para se conseguir certa organicidade com a participação política de um conjunto de forças sociais e populares.

Em termos de grupos étnicos, a Guiné e o Moçambique apresentam na sua composição geográfica, diversas identidades étnicas, cada qual preservando o seu repertório cultural e visão do mundo próprio, o que inviabiliza qualquer tentativa em considerar as sociedades étnicas apenas à luz das teorias de modernização econômica produzidas para entender outros contextos que, na maioria das vezes, não dão conta ou desconsideram as especificidades que refletem as formas particulares de organizações societal baseadas na ausência de formalismo e de regras rígidas de funcionamento (KOUAWO, 1991).

6. O início da luta armada e acesso à independência

As experiências mais recentes de luta armada de libertação na África são exatamente as dos países que saíram do sistema colonialista português na década de 1970. Como tentamos demonstrar ao longo deste trabalho, a política adotada pela administração colonial portuguesa, na qual a repressão acompanhada de persuasão e propaganda política impossibilitou que esses países acedessem suas independências pela via de negociação. Muitos autores vêem nessa atitude colonial a principal razão que teria conduzido à adoção da via revolucionária pelos movimentos nacionalistas, organizada em torno de grupos armados que praticavam ações de guerrilha (LAVROFF, 1975).

Apoiados por um número considerável de camponeses, o movimento de libertação nacional desenvolveu a sua *resistência política* (CABRAL, 1974, p. 140), mobilizando, organizando e conscientizando homens e mulheres para o desafio da luta armada.

Como exemplo dessa estratégia de luta, no campo da política internacional, destaca-se o movimento anti-colonialista (MAC), fundado em Lisboa, em 1958. Embora não tivesse a expressão política a nível continental, é tido como um grupo que impulsionou a luta armada de libertação em Angola, Guiné - Cabo Verde, Moçambique e São Tomé.

Nesse sentido, ao enfatizar o marco histórico da fundação do MAC, abrindo espaço para a emergência posterior da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (1960), Andrade e Cabral relatam o novo quadro sociopolítico que ia além do território português, tendo resultado encontros em Conacri, Paris, Rabat, Casablanca, Londres, OUA e ONU (ANDRADE, 1973, p. 26; CABRAL, 1974, p.146). O propósito era contribuir para o estabelecimento de uma frente única de libertação nas ex-colônias portuguesas na África, aglutinando forças na companhia de diversos países e com eles denunciando o colonialismo junto da organização regional, continental e internacional.

Vale enfatizar que em 1959 realizou-se a Conferência de Escritores e Artistas Negros em Roma, na qual *Frantz Fanon* (1925-1961), intelectual revolucionário da Martinica teria sugerido o início do enfrentamento armado, simultaneamente em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, que já vinha desenrolando em Argélia, sob comando do partido socialista argelino da Frente de Libertação Nacional, da qual Fanon fazia parte, mas também se intensificava no Camarões e na Guiné-Conacri (ANDRADE, 1973, p. 26).

Em 1960, os movimentos nacionalistas preparam-se para o confronto armado. Em 04 de fevereiro de 1961, o MPLA inicia a luta armada. Na Guiné-Bissau, o PAIGC, que conservou a sua posição de liderança de movimentos de libertação do país congregando outras forças políticas, inicia a sua luta de libertação, no Sul do país, em 1963. Vale ressaltar que, em 1964, o PAIGC organizou um Congresso em Cassaca com os membros e militantes para discutir as contradições internas de caráter político, militar, econômico e social. Esse Congresso delegou medidas necessárias para minimizar os conflitos e disputas polarizadas, capitalizando o apoio dos militantes e dirigentes das mais variadas tendências ideológicas, o que facilitou a recomposição interna e a vitória do partido (CABRAL, 1977). Em 10 de setembro de 1974, o governo de Portugal finalmente reconheceu a independência da Guiné-Bissau, que fora uma das primeiras das ex-colônias portuguesas na África a alcançar o status político de um país livre.

Em 25 de setembro de 1964, a FRELIMO finalmente começa a luta armada contra administração portuguesa, com objetivo de contribuir para o estabelecimento de um governo nacionalista-revolucionário. Esse movimento tornou-se intenso em 1968, quando o partido organizou um Congresso em Niassa. O novo quadro político que se configurava nos inícios dos anos de 1970 contou com fortes discussões e participação das massas na política, a fim de debater a nova conjuntura sociopolítica, marcada pela crise do colonialismo e proclamação, em junho de 1975, da independência nacional (DAVIDSON, 1979, p. 89). Cabo Verde teve a sua independência devidamente reconhecida por Portugal em 5 de julho de 1975, após um longo período de luta armada, no qual o território guineense e a participação cabo-verdiana foram importantes.

Em São Tomé e Príncipe, à semelhança de Cabo Verde, que não conheceu a luta armada de libertação em seu território, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) proclamou, em 1975, a sua independência. O ano de 1975 representou-se, assim, um marco interessante na memória política das independências na África de expressão portuguesa; como o caso de Angola, que ficou independente em 11 de novembro de 1975, com o fim de uma longa guerra colonial que durou mais de uma década e o início de outra que levaria ao fim da guerra civil e à consolidação da paz.

O domínio do sistema colonial português na África de fala portuguesa durou até 1975, período em que os proto-nacionalistas revolucionários assumiram o controle da vida social e assumiram o compromisso político de alterar a estrutura colonial gerando, com apoio popular, a transformação sociopolítica e (re)construção plena do Estado Novo.

Em síntese, pode-se asseverar que a independência da Guiné, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, apesar da luta armada e coragem dos combatentes não deve ser vista como um caso isolado no quadro da conjuntura internacional após Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A Declaração dos Direitos Humanos, aprovada em 14 de dezembro de 1960, concedia, pelo menos em termos da retórica da política internacional, a independência dos povos oprimidos da África, pois a manutenção do quadro colonial no continente significava a negação dos direitos fundamentais do homem (DAVIDSON, 1979, p. 32; BOBBIO, 2004, p.55).

A construção da nação sob comando do PAIGC e da FRELIMO

Segundo Lavroff (1975), o *partido unificado* foi estabelecido na África como meio de garantir a unidade nacional. Entende-se por partido unificado a congregação de diversos partidos políticos no interior de único programa político com objetivo de compartilhar em si a responsabilidade e cargos no governo. Já no modelo de *partido único* os líderes normalmente não demonstram o interesse em partilhar os cargos chaves no governo. Isso por causa de sua composição mais homogênea submetida a uma liderança personificada. Assim, as responsabilidades que seriam compartilhadas com outras forças políticas ficam a cargo de uma única direção coletiva (LAVROFF, 1975, p. 42). O PAIGC e a FRELIM podem ser considerados partidos únicos (partido-Estado) com forte apoio popular, neste período, marcado pelo controle de espaço político autoritário.

Com a independência em 1974-1975, o PAIGC e FRELIMO lançam as bases para a construção de uma nova sociedade capaz de alterar as heranças negativas do regime colonial. Nesse sentido, ao perceberem a necessidade da participação das massas como a garantia da legitimidade e prestígio político, os líderes do PAIGC e da FRELIMO, de forma semelhante, procuraram controlar um número possível de populações das áreas libertadas. Eles consideravam que quanto mais há participação dos camponeses, mais consciência nacional e política terão nas eleições para a Assembléia Nacional Popular.

Grosso modo, o conjunto de diretrizes e princípios políticos que as duas forças partidárias empenharam-se em defender, particularmente no que se refere à participação democrática, vista pelo prisma da *democracia revolucionária, centralismo democrático e direção coletiva* (CABRAL, 1977, p. 162-163) resume-se em seis aspectos básicos:

- a) Garantir as populações das áreas libertadas o exercício da educação política;
- b) Através de eleição das assembleias populares regionais e nacionais;

- c) Por meio da participação política popular e separação de poderes;
- d) Para a construção de um Estado democrático e progressista;
- e) Promover a crítica e autocrítica em termos de prática política e lutar contra a exploração de homem pelo homem;
- f) Proteger o cidadão e lutar pela liberdade em todos os planos

Desta forma, o PAIGC e a FRELIMO inseriram seus programas de governo na ótica do socialismo, apesar de que o PAIGC nunca assumisse explicitamente o socialismo nos seus programas de governo, contrariamente à FRELIMO que defendeu a solução socialista para o enfrentamento dos problemas econômicos. O propósito era instituir, em todas as zonas libertadas do país, a eleições gerais diretas e abolir o imposto colonial, a propriedade privada e o trabalho escravo da vida nacional (DAVIDSON, 1978).

Para resolver a crise econômica gerada pelo sistema colonial, o PAIGC e a FRELIMO nacionalizaram as unidades produtivas que estavam sob controle da administração portuguesa, mas por falta de mão-de-obra qualificada e de matéria prima, as indústrias herdadas durante o período colonial foram mostrando ineficientes economicamente e muitas fecharam as portas. Em seus lugares, foram instituídos os armazéns estatais que abasteciam a população com os produtos da primeira necessidade nos dois países.

Com base nisso, o PAIGC e a FRELIMO assumiram o controle administrativo e passaram a exercer o controle efetivo sobre o conjunto de atividades econômicas e políticas do Estado. Esse comportamento político dos líderes nacionalistas aproxima-se da análise proposta por Duverger (1980, p. 297) segundo a qual o objetivo central de qualquer partido único é forjar elites novas e chefes políticos capazes de assumir a máquina política governativa. Os chefes administrativos e políticos são nomeados e demitidos pelo partido que busca controlar todos os órgãos estruturais do Estado.

No caso específico da Guiné-Bissau, entre diversas estratégias práticas e políticas que garantiram a base social do PAIGC, através das quais procurou controlar todos os órgãos do Estado, e com isso expandir o seu discurso da unidade nacional, destacam-se: a criação, em 1974/1975, de duas organizações de jovens, a Juventude Africana Amílcar Cabral (JACC) e os Pioneiros Abel Djassi – nome de luta de Amílcar Cabral. Essa política acentua-se sistematicamente, quando o PAIGC decidiu criar, em 1981, a União Democrática de Mulheres (UDEMU), que se somou a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, que desenvolvia suas atividades desde 1958, além de organizações de massas ligadas à educação. Entre elas, internatos e escolas pilotos de tempo integral para desenvolver nos jovens a consciência crítica sobre os males sociais, econômicos, culturais e políticos gerados pelo colonialismo de forma alcançar o “progresso cultural”. Cabral, com a sua maneira de conceber e de praticar a política, procurando atrair para o PAIGC tanto aliados como adversários políticos, inclusive portugueses, procurou destacar o papel preponderante da *ideologia*. Foi por meio dela que o PAIGC buscou o consenso no partido e sua articulação com as massas populares.

Em Moçambique - valendo-se da política pautada na ideologia do centralismo democrático - a FRELIMO não admitia a existência e a proliferação de outras forças sociais e política que não estivessem submetidos à ideologia do partido numa demonstração de força suprapartidária jamais registrada na história política moçambicana. O partido tomou serias medidas no seu projeto político nacionalista-revolucionário visando gerar novas formas de organização social. A prioridade fora a

reorganização do sistema colonial de ensino formal, de forma que houvesse condições para geração do desenvolvimento e criação de um homem novo com novas mentalidades. Como aponta Jinadu (1989)

...education thus became an important element in the task of consolidating mozambican nationhood...The new FRELIMO government assigned the topmost priority to education. As a FRELIMO document puts in, "the triumph of the revolutions depends fundamentally on the creation of the new Man and the creation and development of a new mentality (JINADU, 1998, p. 331-332).

A experiência da transformação das mentalidades a partir das zonas libertadas, a cultura tornou-se a maior expressão política nacional da FRELIMO. Como consequência dessa política revolucionária desenvolveu-se o lema de *um partido, um sindicato, uma organização de mulher e de jovens, um Estado e uma identidade nacional* (Chichava, 2008, p. 07), como forma de reforçar o compromisso das massas com a ideologia revolucionário-nacionalista da FRELIMO. Uma vez que havia em Moçambique, nesse período, uma conformidade crescente com a política de uma vontade coletiva estatal, reproduzindo, em relação ao passado colonial, a sua hegemonia que se manifestava em múltiplas formas de negação e/ou ocultação de identidades étnicas (MACAMO, 1996).

Para Ngoenha e Cruz Silva, (1998), o projeto nacionalista da moçambicanidade opoñha-se ao tribalismo e ao regionalismo num contexto marcado por conflito político, exclusão social e guerra civil pós-independência em favor da construção da unidade nacional, apesar de serem os grupos étnicos forças impulsionadores da independência nacional.

Outro aspecto que evidencia a política do PAIGC e da FRELIMO no contexto da busca incessante da identidade nacional refere-se ao espaço de poder assegurado pelas duas forças políticas. No caso guineense, a tentativa da institucionalização do Estado fora acompanhada da política da substituição das estruturas dos anciãos por organizações nacionais formais nos moldes ocidentais. No programa do PAIGC, o partido defendeu a reforma, particularmente no que se refere à agenda da transformação socioeconômica e cultural atuando contra a *etnificação de poder* (SANTOS, 1989, p. 194).

Desde o início da construção do Estado pós-colonial sob comando do PAIGC, que não gerou as expectativas esperadas, os principais dirigentes políticos do partido, que utilizavam os argumentos técnico-econômicos para atender às exigências do Estado moderno, estiveram politicamente ao lado desse projeto político na Guiné-Bissau.

Com essa mesma ganância, pautada no discurso do desenvolvimento econômico, entendido como a modernização das sociedades africanas, o destino dos grupos étnicos em Moçambique estava traçado. Para unir todos os moçambicanos seria pertinente que a *tribo morresse* na consciência do povo de forma que houvesse as condições necessárias para a construção sólida da nação (MONDLANE, apud, DAVIDSON, 1979, p. 75).

Após a independência, a FRELIMO teve dificuldade em conviver com as diferenças étnicas, reproduzindo, em outras formas, a forma de fazer política do regime colonial. Para Macamo (1998, p. 51), as dinâmicas políticas em curso na sociedade moçambicana geraram um contingente considerável de indivíduos que as estruturas políticas tentam disciplinar. Mas este esforço, a nosso ver, pode ter sido desenvolvido no sentido de aumentar o protagonismo do Estado pós-colonial moçambicano. No entanto, como o

Estado era demasiado fraco institucionalmente e ineficaz na implementação de políticas públicas, a *sociedade civil rural* acabou por sobrepor-se ao Estado (CHABAL, 1991).

Retomando o argumento inicialmente desenvolvido em *Power in Africa*, Chabal chama a nossa atenção para a especificidade do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau e em Moçambique em relação ao papel que o Estado moderno desempenhou-se em outros contextos históricos. Essa peculiaridade do Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa é vista pelo prisma da *africanização da política*. Segundo Chabal (1993, p.47)

“Por africanização da política entendo todo o processo importante através do qual o legado político do governo colonial e da colonização – instituições, práticas e ideias - foi assimilado, transformado e reapropriado por África”.

O mesmo pode ser dito em relação à transição de regimes autoritários de partido único de inspiração marxista-leninista para a democracia liberal. No seu arcabouço institucional, pode-se perceber como as regras democráticas estão sendo reelaboradas e moldadas nas sociedades africanas, de acordo com as contingências e as incertezas que caracterizam a disputa política hegemônica entre a sociedade civil e o Estado na África.

7. Democratização e conflito político na Guiné-Bissau e em Moçambique

Ao assumir o controle do Estado, o PAIGC e a FRELIMO mantinham uma política de aproximação e recebiam o apoio da antiga União Soviética, que não teve continuidade em razão do solapamento do bloco soviético com o fim da Guerra Fria. Com o fim dos recursos vindos da antiga URSS, o PAIGC e a FRELIMO não conseguiram manter suas políticas do desenvolvimento e consumo interno para suas populações em todos os setores da vida nacional, mostrando dificuldades para enfrentarem os novos desafios.

Com o agravamento da crise econômica, o PAIGC e a FRELIMO foram obrigados a negociar cada vez mais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundiais (BM) adotando política de ajustes econômicos como forma de restabelecer a credibilidade política para a renegociação de suas dívidas externas. Não obstante a isso a dívida externa contraída pela elite governamental do PAIGC e da FRELIMO no poder, não diminuiu a pobreza na zona urbana e periférica, tão pouco melhorou as condições de vida na zona rural. Para negociar a dívida externa e conceder novos créditos, o FMI e o BM exigiam da Guiné-Bissau e de Moçambique a democracia.

Para os credores internacionais, a democratização da Guiné-Bissau e de Moçambique era uma condição *sine qua non* para a concessão de novos empréstimos. Foi assim que os dois países se viram obrigados a colocarem nos seus planos de governo instrumentos legais que possibilitassem a liberalização política e abertura do mercado nacional ao capital externo. O impacto dessa política sobre os trabalhadores e principalmente sobre agricultores teve efeito duro na Guiné-Bissau e em Moçambique (Dowbor, 1983; Graça, 2005). Isto porque esses países que produziam para manter o consumo interno nacional passaram a importar produtos alimentícios, já que os investimentos públicos com o desenvolvimento sofreram fortes cortes orçamentários e a população rural teve que abandonar as formas tradicionais de produção. Foi nesse contexto que a Guiné-Bissau e o Moçambique entraram na democracia e realizaram suas primeiras eleições em 1994.

Reynolds (1995) defende que as eleições pluralistas na África fomentam polarizações étnicas e regionais por causa do seu aspecto de *soma zero*, onde o candidato que ganha

às eleições leva a maioria da representação e com isso exclui a participação dos perdedores na formação do governo e na tomada de decisão. No caso guineense e moçambicano os conflitos institucionais e guerras civis misturados com questões étnicas também se fizeram presentes desde o início da formalização da democracia.

Na nossa pesquisa de mestrado a respeito da *Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau*, apresentada em 2008 ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco constatou-se que as tentativas da homogeneização das diferenças, pelo prisma de conflito de classes, sobretudo entre a classe dirigente formada pela *pequena burguesia* (CABRAL, 1974; 1977), delineadas no projeto político do PAIGC que defendia a unidade nacional, mostraram-se insuficientes para explicar o conflito de forças políticas que marcaram a democratização da Guiné-Bissau.

Foram vários golpes de Estado e tentativas de exclusão dos grupos étnicos minoritários, principalmente entre lideranças de partidos políticos concorrendo a cargos do Executivo, do Legislativo e do Presidente da República, apoiando-se abertamente nos discursos e símbolos tradicionais dos grupos étnicos. A pesquisa mostrou, em termos regionais, que a base eleitoral de determinados partidos políticos, assim como o peso eleitoral representativo se configuram em conformidade com o local e a afinidade étnica do candidato. Nas sucessivas eleições realizadas no país, as majorias de cadeiras dos partidos na casa legislativa provieram dessa relação de afinidades étnicas e regionais que se acentuam a cada embate eleitoral. Isto porque como os grupos étnicos tendem a localizar-se em regiões específicas, na maioria, refletem a diversidade étnica e regional.

Em Moçambique, o conflito político e as relações de solidariedade primária, marcados pela guerra civil e crises econômicas, particularmente após a democratização, estão a ser processados bastante pela ótica da *retradionalização* da sociedade (CRUZ e SILVA, 2000, p. 200), passando a ter um peso efetivo nas práticas sociais nos espaços urbanos.

A proeminência dos grupos étnicos moçambicanos fica evidente também nas eleições nacionais e confrontos entre principais grupos políticos que disputam cargos chaves no governo mediante critérios étnicos e regionais. Nas sucessivas eleições para o governo e presidência de república, a FRELIMO garantiu o seu desempenho eleitoral lançando-se ao tradicionalismo; as cerimônias de ligações com os ancestrais e os contatos com as autoridades tradicionais regionais (CRUZ e SILVA, 2000), particularmente da região sul do país. O sucesso dessa estratégia política em favor do partido no poder ficou conhecido por *sulização de poder* (CHICHAVA, 2008, p. 12), tornado o caminho da democracia, da inclusão de minorias na *moçambicanidade* cada vez mais difícil.

Concluindo, a *africanização* da *democracia* a partir da recomposição identitária dos grupos étnicos na Guiné-Bissau e em Moçambique misturado com os valores da democracia formal ocidental, acabou por redefinir as diretrizes das regras do jogo impostas pelo modelo da democracia minimalista que busca a legitimidade do governo por via eleitoral. Apesar da imposição do FMI e do BM, utilizada como estratégia política e econômica para garantir a expansão dos valores democráticos pelo mundo, desconsiderando a especificidade social, política, econômica e cultural dos países africanos, foi inevitável a reapropriação do sentido da democracia e do Estado na África subsahariana. Esse processo em curso em vários países africanos potencializa uma nova abordagem da prática democrática na Guiné-Bissau e em Moçambique capaz de gerar, de acordo com Lopes, uma *ação afirmativa ideológica* (LOPES, 1997, p. 131).

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mario. A geração de Cabral. Instituto Amizade, PAIGC, 1973 (Palestra apresentada por Mario de Andrade na Escola-Piloto)
- _____. Consciência histórica, identidade e ideologia na formação da Nação. In: *Construção da Nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe*. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau: INEP, 1989, pp. 53-75.
- AUGEL, Moema. *O desafio do escomburo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.
- BAUER, Otto. A Nação. In: *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 45-83
- BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Editora Sá da Costa, vol. 01, 1969.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, pp. 195-199 (verbete consultado: modernização, nacionalismo, industrialização e nação).
- _____. *A era dos direitos*. São Paulo: Campos, 2004.
- BULL, Benjamin. *O crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e Sabedoria*. Lisboa: ICLP; Bissau: INEP, 1989
- CABRAL, Amílcar. *Revolution in Guinea*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1969 (Textos selecionados de Amílcar Cabral, coord. Richard Handyside).
- _____. *PAIGC. Unidade e luta*. Lisboa: Nova aurora, n. 2. 1974.
- _____. *A prática revolucionária. A prática revolucionária unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, v. 2, 1977 (Obras escolhidas de Amílcar Cabral, coord. Mario de Andrade)
- _____. *A prática revolucionária. A prática revolucionária unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, v. 1, 1978 (Obras escolhidas de Amílcar Cabral, coord. Mario de Andrade)
- _____. *Análise de alguns tipos de resistência*. Guiné-Bissau: Bolama, 1979 (texto apresentado por Amílcar Cabral no Seminário de Quadros do partido, realizado em novembro de 1969).
- CARDOSO, Carlos. *Transição liberal e recomposição do espaço político*. Lisboa: ISCTE, 2008.
- CHABAL, Patrick. *O ideal socialista em África*. In: Soronda, INEP, nº. 12, 1991, p. 139-145.
- _____. O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. In: *Soronda*, INEP, nº. 15, 1993, p. 37-55.
- CHICHAVA, Sérgio. *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique*. Disponível em: [HTTP://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf) Acesso em: 22 de julho de 2010.
- DAVIDSON, Basil. *A política da luta armada*. Libertação nacional nas colônias africanas de Portugal. Lisboa: Editora Caminho, SARL 1979.
- DOWBOR, Ladislau. *Guiné-Bissau. A busca da independência econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: *Diário da Libertação. A Guiné da Nova África*. São Paulo, Editora Versus, Testemunho, nº 2, 1977, p. 5-8.
- GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.

- GRAÇA, Pedro. *A construção da Nação em África*. Ambivalência cultural de Moçambique. Coimbra: Edições Amedina, 2005.
- HAVIK, Philip. *Mundasson e Kambansa: espaço social e movimentos políticos na Guiné-Bissau (1910-1994)*. Revista Internacional de Estudos Africanos, 1999, p. 18-22.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFGB, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271-282.
- JINADU, Adele. The social sciences and the development of nationhood in Mozambique. In: *Construção da Nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe*. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau: INEP, 1989, p. 323-347
- KAGIBANGA, Víctor. *A alma sociológica na ensaística de Mario Pinto de Andrade*. Angola, INIC, 2000
- questão da ruptura e da continuidade proto-nacionalista na obra de Mario Pinto de Andrade*. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/site/img/upload/871229.pdf> Acessado em 29 de junho 2010.
- KOUDAWO, Fafali. Educação e sociedade na África pré-colonial. In: *Soronda*, nº12, 1991, p.61-67.
- LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades In: Amaral Aécio e Burity Joanildo (Orgs). *Inclusão Social, Identidade e Diferença: Perspectiva Pós-modernista de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 20-37.
- LAVROFF, Dmitri. *Os partidos políticos da África negra*. Amadora: Livraria Bertrand, 1975
- LOPES, Carlos. *Compasso de espera*. O fundamental e o acessório na crise africana. Porto: Edições Afrontamento, 1997.
- _____. Relações de poder numa sociedade malinké: o Gaabu do séc. XIII ao séc. XVIII. In: *Soronda*, INEP, nº10, 1990, p. 17-26.
- MACAMO, Elísio. A Nação moçambicana como comunidade de destino. *Lusotopie*, 1996, pp. 355-364.
- _____. A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique. In: *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária UEM, 1998, p. 35-63
- MUTZENBERG, Remo. A afirmação da política e movimentos sociais. In: Paulo Henrique Martins, Aécio Matos e Bruno Fontes. Recife, Editora Universitária UFPE. 2008. P. 125-150
- NGOENHA, E. Severino. Identidade moçambicana: já e ainda não. In: *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária UEM, 1998, p. 17-33.
- REYNOLDS, Andrew. Constitutional engineering in Souther in Africa. *Journal of Democracy*, vol.6, nº 2, 1995.
- SANTOS, Manuel. Guiné-Bissau: A formação da Nação. In: *Construção da Nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe*. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau: INEP, 1989, p. 191-218.
- SILVA, T. Cruz. Identidades étnicas como fenômenos agregadores num espaço social urbano: os casos de Mafala e Chinhambanine. In: *Racismo, Etnicidade e Poder – Um Estudo em Cinco Cidades de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 2000, p. 195-207.
- TEIXEIRA, Ricardino. *Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Pernambuco, PPGS-UFPE, 2008.